

Perspectivas Teóricas e Metodológicas para o Estudo da Saúde do Jornalista¹

Juliana BULHÕES Alberto Dantas²
David RENAULT da Silva³
Universidade de Brasília, Brasília-DF

Resumo

Discutimos sobre o desenvolvimento inicial e sobre as escolhas teóricas e metodológicas de uma pesquisa cuja temática principal é a saúde do jornalista. Como premissa, temos a precarização da profissão de jornalista no país. Inicialmente, apresentamos a construção do objeto de estudo e alguns dos conceitos que nos são mais caros: precarização da profissão, mudanças estruturais no jornalismo, trabalho, QVT e saúde do jornalista. Em seguida, descrevemos nossa proposta metodológica, com reflexões sobre os primeiros passos da pesquisa e sobre as perspectivas futuras. Finalizamos com indagações sobre os limites das escolhas metodológico-conceituais.

Palavras-chave: Jornalismo; saúde do jornalista; mudanças estruturais no jornalismo; precarização do jornalismo.

Introdução

Em nossa problematização, trabalhamos com a seguinte premissa: a precarização da profissão afeta a saúde dos jornalistas. Esta foi uma das conclusões-hipóteses da nossa pesquisa anterior (BULHÕES, 2014), na qual investigamos a prática profissional, o ethos e a identidade dos jornalistas que atuam concomitantemente em redações jornalísticas e assessorias de imprensa em Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte.

Na pesquisa atual, temos como objetivo central a investigação sobre a saúde e a qualidade de vida no trabalho (QVT) do jornalista brasileiro, tomando como recorte os profissionais que atuam nas cidades de Brasília, capital federal do Brasil, e Natal. As cidades foram escolhidas tanto pela proximidade acadêmica da pesquisadora, quanto por questões peculiares locais e discrepâncias extremas entre si no que tocam as questões de condições de trabalho do jornalista. Essa escolha não foi feita visando exatamente uma

¹ Trabalho apresentado no GP Teoria do Jornalismo do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda em Comunicação, na linha Jornalismo e Sociedade, pela Universidade de Brasília. Mestre em Estudos da Mídia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, especialista em Assessoria de Comunicação pela Universidade Potiguar e graduada em Comunicação Social - Jornalismo e Radialismo pela UFRN. É integrante do Grupo de Pesquisa Pragma/UFRN. Email: julianabulhoes.ad@gmail.com.

³ Orientador do trabalho. Professor Associado e Diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Email: renauld.david@gmail.com.

comparação, mas queremos mostrar que é possível que existam várias realidades no país no que se refere ao tema proposto.

Brasília é a capital do jornalismo brasileiro, pois o Distrito Federal tem a maior concentração de jornalistas per capita do país, que é aproximadamente um jornalista para 385 moradores; são cerca de 6.500 jornalistas em uma população média de 2,5 milhões de habitantes (SILVA, 2014). Julgamos, com base em pesquisa exploratória, que é a cidade em que o jornalista tem a melhor QVT do país.

Natal foi considerada por anos a cidade com o mais baixo piso salarial do país. Com cerca de 1.700 jornalistas atuando no mercado (MAIA; FEMINA, 2012), não é surpreendente encontrar dentre eles profissionais com mais de três empregos formais e também jornalistas que ganham abaixo do piso, que atualmente é 1.370,00 (FENAJ, 2015).

Como dito, adotamos na pesquisa a premissa de que a profissão de jornalista está passando por uma precarização. Ainda não podemos afirmar desde quando há esse fenômeno, mas estimamos que a sua existência ficou mais evidente com a popularização de um perfil profissional multifuncional.

A pesquisa Radiografia do Jornalismo Potiguar (BULHÕES, 2014) identificou que no estado do Rio Grande do Norte mais de dois terços dos jornalistas possuem dois ou mais empregos, enquanto que o índice brasileiro é cerca de um terço (MICK; LIMA, 2013). Além disso, cerca de 65% dos jornalistas potiguares trabalham entre 30h e 60h por semana, uma carga horária média superior ao esperado para um jornalista com apenas um emprego, já que o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, indica uma carga horária diária de 5 horas, resultando em 30h semanais - ou 42h, caso este seja o acordo trabalhista em vigor.

De acordo com o artigo 303, "a duração normal do trabalho dos empregados compreendidos nesta Seção não deverá exceder de 5 (cinco) horas, tanto de dia como à noite" (BRASIL, 1943, p. 01). Já o artigo 304 diz que "poderá a duração normal do trabalho ser elevada a 7 (sete) horas, mediante acordo escrito, em que se estipule aumento de ordenado, correspondente ao excesso do tempo de trabalho, em que se fixe um intervalo destinado a repouso ou a refeição" (BRASIL, 1943, p. 01).

Estes dados nos levaram a crer que o jornalismo potiguar passa por uma precarização, principalmente no que diz respeito às condições de trabalho do jornalista, entretanto, não acreditamos que esta situação seja exclusiva do estado do Rio Grande do Norte, por isso nos propomos a ampliar a pesquisa.

1 Escolhas teóricas e conceituais

Estimamos que no Brasil existam hoje 145 mil jornalistas profissionais (SILVA, 2014). Integrantes de um mercado muito competitivo e com baixa remuneração, os jornalistas sofrem as consequências do atual modelo de trabalho adotado pelo mercado brasileiro.

Neste panorama, nos propomos a desenvolver um trabalho na interface entre comunicação e saúde. Sendo assim, os pilares da nossa fundamentação teórica emergem desta área, que na pesquisa está relacionada às mudanças estruturais no jornalismo, à precarização da profissão de jornalista, aos estudos sobre o trabalho, à visão do jornalista enquanto trabalhador e às consequências do trabalho na saúde e na qualidade de vida no trabalho (QVT) dos jornalistas.

1.1 A precarização da profissão de jornalista

Entendemos por precarização um conjunto de fatores relativos a condições de trabalho que faz com que a prática profissional apresente dificuldades no seu pleno exercício. Druck (2001) mapeou seis tipos de precarização do trabalho oriundos do contexto brasileiro: vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais; intensificação do trabalho e terceirização; insegurança e saúde no trabalho; perda das identidades individual e coletiva; fragilização da organização dos trabalhadores; e a condenação e o descarte do Direito do Trabalho.

Especificamente, elencamos como principais fatores da precarização da profissão de jornalista: as longas e intensas jornadas de trabalho, o acúmulo de funções e os baixos salários. As reverberações destes fatores representam nosso foco de pesquisa. Não queremos enfatizar um discurso de que a profissão de jornalista é a mais precária, ou passa por uma precarização mais forte do que profissão x e y. Mas por que acreditamos que de fato há uma precarização da profissão? Defendemos que as condições de trabalho, no geral, estão longe das ideais e propomos a discussão das consequências disso, apontando especificamente para a questão da saúde e qualidade de vida no trabalho do jornalista, uma investigação complexa que poderemos discutir mais profundamente no futuro.

Acreditamos, ainda, em uma forte relação do conceito de precarização da profissão de jornalista com o de mudanças estruturais no jornalismo. De antemão, destacamos que o

conceito de crise tem aderência ao nosso pensamento, porém não corroboramos com uma visão reducionista de um discurso aleatório sobre crise no jornalismo.

Partindo para a discussão no âmbito da saúde, destacamos que a saúde do jornalista é um tema bastante debatido no senso comum, porém não tão frequente em pesquisas acadêmicas. Destacamos a realização da pesquisa "Mudanças no mundo do trabalho e impacto na qualidade de vida do jornalista", de Heloani (2003).

Já no âmbito sindical, há algumas iniciativas pontuais. O Sindicato dos Jornalistas do Ceará realizou em 2010 uma pesquisa sobre a saúde e qualidade de vida e de trabalho dos jornalistas nas redações dos jornais impressos O Estado, O Povo e Diário do Nordeste e constatou que 61,39% dos trabalhadores que responderam o questionário apresentam problemas de saúde oriundos do trabalho, como dores nas costas, pescoço e articulações, seguidos de estresse, ansiedade, problemas de visão, dores nos braços, pernas e articulações, dores de cabeça, depressão e palpitações (SINDJORCE, 2010).

O Sindicato de Jornalistas da Bahia (2015) defende que os jornalistas podem ser os profissionais com a saúde mais afetada, afirmação à qual não podemos endossar no estágio atual da pesquisa. O Sindicato aponta que "dores nas costas, na cabeça, L.E.R., insônia, gastrite, depressão, fadiga visual são alguns problemas motivados pelo estresse que comprometem a saúde dos jornalistas devido ao conturbado e alucinante dia-a-dia nas redações" (SINJORBA, 2015, p. 01).

Nos voltando à questão do trabalho em si, Antunes (2009) nos aponta uma direção o dizer que o trabalho é uma atividade vital, podendo trazer felicidade social ou não, ter um sentido ou não. "Mais do que nunca, bilhões de homens e mulheres dependem exclusivamente de seu trabalho para sobreviver e encontram cada vez mais situações instáveis, precárias, quando não existentes de trabalho" (ANTUNES, 2009).

Em uma mesma perspectiva, Dejours (1992, 1997, 2011) apresenta os sofrimentos e prazeres que o trabalho pode causar, a busca pelo significado, pela motivação e pela satisfação. Ele divide as doenças oriundas do trabalho em duas categorias, doença mental e doença somática.

De acordo com Gomes (2006), dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimam que no Brasil cerca de 57 mil pessoas morrem anualmente, vítimas de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Nos voltando especificamente ao caso dos jornalistas, Heloani (2003) também cita resultados de pesquisas da OIT, em parceria com sindicatos de jornalistas, que demonstraram tendências para a profissão: "devido às doenças

insidiosas e, portanto, de difícil diagnóstico precoce, parte significativa desses profissionais não alcança sequer a aposentadoria" (HELOANI, 2003, p. 20).

Em pesquisas com ênfase nos aspectos psicológicos, psicopatológicos e psicossomáticos relacionados ao exercício do trabalho jornalístico, Heloani (2003) cita uma série de implicações do trabalho jornalístico na qualidade de vida destes profissionais. Ele aponta que os profissionais mais afetados por problemas de qualidade de vida no trabalho (QVT) geralmente são "fracassados" no que diz respeito à vida afetiva e familiar e no cuidado com a saúde.

Para o autor, as novas tecnologias implantadas nas redações têm influenciado no desenvolvimento de estresse, além de distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT), como as lesões por esforços repetitivos (L.E.R.). Ele aponta oito categorias de qualidade de vida no trabalho (QVT): remuneração justa e adequada, condições de trabalho, desenvolvimento de capacidades, oportunidade de crescimento, integração social, constitucionalismo, equilíbrio entre vida e trabalho e relevância social do trabalho na vida. Tais indicativos serão considerados como base investigativa na nossa pesquisa, que estão amplamente ligados ao desenho metodológico que apresentamos a seguir.

Lima (2015) foi específico ao mapear os cinco indicadores mais fortes de precarização do trabalho de jornalista: jornada de trabalho excessiva; intensidade do trabalho; vínculos empregatícios precários; baixos salários; e indícios de multifunção. Destacamos que a ideia de precarização da profissão de jornalista não surgiu agora. No contexto europeu, Accardo (1998) aponta que os efeitos da precariedade e da proletarianização dos chamados "trabalhadores-jornalistas" resultam em um empobrecimento material (diminuição do poder de compra, endividamento crescente, deterioração das condições de vida) e em problemas de ordem psicológica, como o estresse.

Tratando de uma realidade brasileira, Sant'Anna (2005, p. 16) relata que os veículos de comunicação brasileiros "reduziram suas equipes, eliminaram coberturas jornalísticas setorializadas, dispensaram os profissionais", enquanto que Marcondes Filho (2009) ressalta que o jornalista teve seu trabalho aumentado com as tecnologias, passou a ter mais atribuições, o contingente nas redações foi reduzido, o prestígio diminuiu, a responsabilidade aumentou e, hoje, qualquer um pode exercer a profissão. Segundo o autor, este conjunto contribui para a precarização profissional, posição cuja endossamos.

Nos atendo ainda à questão da tecnologia, Heloani (2006) corrobora com esta visão quando aponta que as supostas vantagens das tecnologias vieram acompanhadas de cargas

excessivas de trabalho, invasão da vida pessoal e desconfortos físicos como olhos irritados, dores no pescoço e nas costas, lesões por esforços repetitivos. "As organizações, pressionadas pelo processo de globalização, substituem cada vez mais o homem pela máquina, implementam novas tecnologias e obrigam o jornalista a adaptar-se freneticamente a elas" (HELOANI, 2006, p. 192).

Para Duarte (2004), a precarização laboral expressa a dinâmica de um fenômeno de transições e exposição aos diferentes riscos associados às dinâmicas atuais do mercado de trabalho. A autora relaciona esta questão aos vínculos contratuais instáveis e também às mudanças organizacionais constantes e irregularidade crescente dos horários e das remunerações, mesmo tendo por base vínculos contratuais estáveis.

Silveira (2010, p. 89) traz um recorte histórico-temporal voltado à atualidade quando diz que "considerando que os jornalistas brasileiros enfrentam um processo de precariedade nas condições de trabalho e de remuneração, talvez poucas vezes visto no mercado convencional, eles têm sido hábeis em encontrar saídas que lhes permitam viver com menos privações". Uma dessas saídas citadas pelo autor é justamente a múltipla jornada de trabalho, que implica em uma carga horária excessiva, com longas e intensas jornadas de trabalho, que podem influenciar negativamente na saúde dos jornalistas.

Não queremos enfatizar um discurso de que a profissão de jornalista é a mais precária, ou passa por uma precarização mais forte do que profissão x e y. Mas por que acreditamos que de fato há uma precarização da profissão? Defendemos que as condições de trabalho, no geral, estão longe das ideais e propomos a discussão das consequências disso, apontando especificamente para a questão da saúde e qualidade de vida no trabalho do jornalista, uma investigação complexa que poderemos discutir mais profundamente no futuro.

1.2 Crise e mudanças estruturais no jornalismo

Acreditamos em uma forte relação do conceito de precarização da profissão de jornalista com o de mudanças estruturais no jornalismo. O conceito de Mudanças estruturais no jornalismo tem alusão a um pensamento que se desenvolve atualmente no âmbito de estudos do jornalismo e está relacionado ao grupo de pesquisa homônimo, desenvolvido no âmbito da Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, e ao conjunto de pesquisadores de países latinoamericanos e francófonos integrantes da Rede de Estudos Sobre o Jornalismo (Réseau d'études sur le journalisme), cujas pesquisas culminaram em

três edições do Colóquio Mudanças estruturais no jornalismo (Mejor), realizadas no Brasil nos anos de 2011, 2013 e 2015.

Destacamos que a perspectiva das MEJ não é vista e rotulada exatamente como uma teoria, corroborando com o pensamento de Hohlfeldt (2001). O autor considera uma teoria como um paradigma fechado, de certa forma um modelo; já uma hipótese seria um sistema aberto, uma experiência que não tem obrigação de dar certo. Sendo assim, podemos ver as MEJ como uma hipótese, visão ou ponto de vista para os estudos em Jornalismo.

De antemão, destacamos que o conceito de crise tem aderência ao nosso pensamento, porém não corroboramos com uma visão reducionista de um discurso aleatório sobre crise no jornalismo.

Para autores como Barsotti (2014), o jornalismo é atravessado pela crise da modernidade. A autora acredita que "vivemos sem utopias em um espaço público esvaziado, em que predominam os valores individuais, o encerramento em comunidades e a intensificação do presente" (BARSOTTI, 2014, p. 30). Ela demonstra que a crise do jornalismo é anterior à internet, porém esta acelerou o processo. Com ênfase nos jornais, ela destaca a circulação em queda (em detrimento ao aumento no número de jornais), o encolhimento da receita publicitária, os cortes nas redações e a expansão rumo aos meios digitais.

Barsotti (2014) acredita que a atual fase do jornalismo, que corresponde ao da era eletrônica, põe em xeque a profissão de jornalista, mas que no fim das contas torna-o mais necessário. A autora não tem pretensão de atribuir as mudanças no campo do jornalismo exclusivamente ao avanço das novas tecnologias digitais, mas destaca a importância de observarmos esta dinâmica.

Le Cam, Pereira e Ruellan (2015) destacam as mudanças e permanências do jornalismo. Eles defendem que o jornalismo não sofre alterações mudando todas as dinâmicas anteriores; muito pelo contrário, o jornalismo se ancora na história e conserva permanências em suas práticas.

Os autores apontam que "a retórica sobre a crise do jornalismo é por si só um dos discursos mais permanentes e mais recorrentes" (LE CAM; PEREIRA; RUELLAN, 2015, p. 13), afirmação cuja corroboramos.

Podemos sintetizar o conceito de mudanças estruturais no jornalismo como um "conjunto de transformações no jornalismo, que incluem novas formas de produção da notícia, processos de convergência digital e a crise da empresa jornalística enquanto modelo

de negócios" (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011, p. 39). Neste contexto, os autores estabelecem três eixos principais de análise sobre as mudanças estruturais no jornalismo: mudanças estruturais na produção da notícia, mudanças estruturais no perfil do jornalista e as novas relações com os públicos.

Neste ponto, nos questionamos: até que ponto as mudanças estruturais são "no" ou "do" jornalismo? Pensando em mudanças "no" jornalismo, podemos crer que as mudanças são externas e afetam o jornalismo; já em mudanças "do" jornalismo, as mudanças são internas, ou seja, de entro para fora, oriundas das bases estruturais, ocasionando novas concepções de técnica, prática e linguagem jornalística.

Como Pereira (2015) aponta, há diferenças entre mudanças de fato e discursos sobre mudanças no jornalismo. Ele aponta que, em um primeiro momento, há uma estabilidade no jornalismo como prática social; em outra perspectiva, há rearranjos nas práticas - sem modificações nas estruturas -, inovações pontuais e segmentações; e, por fim, há mudanças estruturais, porém raras e oriundas de um processo lento.

Em suma, temos que refletir sobre até que ponto a prática jornalística vem se modificando, pois não temos uma resposta pronta para isso. Como Pereira (2015) afirma, devemos considerar os indicadores atuais dessa mudança.

2 Caminhos metodológicos atuais e futuros

Apresentamos a seguir o nosso desenvolvimento metodológico. A pesquisa atualmente está na fase de encerramento da pesquisa exploratória, em transição para a etapa de desenvolvimento da revisão de literatura inicial e da base metodológica, que será seguida pela fase de pré-teste. Detalhamos, abaixo, nossas escolhas metodológicas, que se pautam na etnometodologia, na análise de conversa e na entrevista em profundidade.

Primeiramente, entendemos a pesquisa exploratória do ponto de vista de Bonin (2011), que a considera como um movimento de aproximação ao fenômeno pesquisado, com vistas a conhecer suas especificidades. Pode incluir um levantamento de dados referente ao problema, além de trazer pistas que irão contribuir para a construção investigativa. Consideramos a pesquisa exploratória como uma fase ou etapa da pesquisa, o primeiro passo da execução de um projeto, anterior à revisão de literatura. Devido a esta visão, e apesar do conhecimento prévio sobre o tema adquirido no mestrado, iniciamos a pesquisa com uma exploração da problemática, a fim de verificar a viabilidade da proposta.

Nesta etapa, tivemos conversas informais com jornalistas e pesquisadores das duas cidades a fim de elencar pistas para uma construção de um objeto de estudo mais palpável. A partir das conversas, pudemos pensar em uma estratégia metodológica que atendesse aos nossos interesses de pesquisa, bem como pudemos chegar a uma proposta teórica mais coerente.

Tendo em vista a proposta de realizar uma pesquisa descritiva com base em uma realidade social do jornalista, chegamos à ideia de ter como fonte primária as visões dos próprios profissionais, pois acreditamos que as pessoas mais indicadas para falar de suas vidas profissionais sejam elas próprias. Ou seja, por meio de conversas com os jornalistas de Natal e Brasília, poderemos investigar a temática da saúde e QVT.

Sendo assim, recorreremos a uma mentalidade analítica que nos guia para a família das abordagens etnometodológicas, consideradas naturalistas por enfatizarem os fenômenos sociais em situações naturais de ocorrência. Neste contexto, focamos em duas abordagens: a etnometodologia e a análise de conversa (AC).

A etnometodologia pode ser entendida como a linguagem comum locutora da realidade social (COULON, 1995) e também como o estudo dos métodos usados pelas pessoas em suas vidas cotidianas (WATSON; GASTALDO, 2015). Sendo assim o jornalista, ao falar de sua vivência profissional, pode revelar melhor a realidade social na qual está inserido. “A importância teórica e epistemológica da etnometodologia se deve ao fato de efetuar uma ruptura radical com modos de pensamento da sociologia tradicional. Mais que teoria constituída, ela é uma perspectiva de pesquisa, uma nova postura intelectual” (COULON, 1995, p. 07). Para Coulon (1995), os cinco conceitos-chave da etnometodologia são: a prática, a indicialidade, a reflexividade, a *accountability* e a noção de membro.

A AC é uma abordagem da família etnometodológica, representa uma observação de ações e situações naturalmente ocorrentes e requerem transcrições das conversações e posterior análise. Muito semelhante à etnometodologia, a AC também considera a linguagem como foco, por ser o meio da vida social que se almeja pesquisar. Assim como a etnometodologia, a AC analisa o senso comum por meio da complexa atividade prática de conversar (WATSON; GASTALDO, 2015).

Na pesquisa de campo, os etnometodólogos usam métodos variados, oriundos de outras sociologias qualitativas e também diversos instrumentos de coletas de dados, como

diálogos, observação participante, estudos de dossiês; sempre com a prerrogativa da observação de campo.

Por proximidade com a metodologia escolhida, optamos complementá-la com a técnica da entrevista em profundidade, que consoante com Duarte (2008) serve para que se recolham respostas a partir da experiência de uma fonte. Ela permite a identificação de diferentes maneiras de perceber e descrever os fenômenos. Para o autor, representa uma “técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada” (DUARTE, 2008, p. 62).

Consoante com Duarte (2008), as entrevistas em profundidade geralmente são individuais, mas não obrigatoriamente. Realizaremos as sessões de entrevista com uma fonte por vez, a fim de obter respostas espontâneas o tanto quanto possível, assegurando que contemplemos o conceito de reflexividade da etnometodologia. Outro ponto que nos interessa contemplar é o local das entrevistas: consideramos que se o local é escolhido pelo entrevistado, há mais chances dele ficar à vontade e falar mais abertamente sobre as questões propostas.

Uma característica da entrevista em profundidade é a variedade de tipologias. As pesquisas qualitativas podem ter questões não estruturadas ou semiestruturadas; a entrevista pode ser aberta ou semiaberta; o modelo pode ter uma questão central ou um roteiro; sendo assim, a abordagem sempre será em profundidade e as respostas indeterminadas. Em pesquisas quantitativas, as questões são estruturadas, a entrevista é fechada, o modelo é o de questionário, a abordagem é linear e esse conjunto de fatores resulta em respostas previstas (DUARTE, 2008). Neste caso, optamos por trabalhar com questões semiestruturadas, em entrevista semiaberta e com o modelo de roteiro, escolhas feitas com o intuito de não nos perdermos dentre todos os temas que possam surgir nas entrevistas, tendo em vista que pretendemos deixar o tempo da conversa a cargo do entrevistado.

Pereira (2012) destaca que a realização de pesquisas qualitativas exige um preparo extra do pesquisador entrevistador, que precisa considerar diferentes aspectos da interação com o entrevistado e considerar durante o processo de interpretação dos dados, analisando “a própria atuação do pesquisador no processo de construção da narrativa” (PEREIRA, 2012, p. 43), visão que corrobora plenamente com os preceitos da etnometodologia e da AC, tendo em vista que elas consideram tudo que acontece nas conversas, muito além das palavras ditas.

Com relação aos sujeitos de pesquisa, trabalharemos com perfis que nos façam refletir sobre as diferentes formas de trabalho como jornalista em Natal e Brasília. Buscaremos contemplar concomitantemente os perfis abaixo:

- a) Permanência na profissão: pretendemos ter entrevistados que atuam como jornalistas; que têm a formação, mas nunca atuaram; que atuavam e mudaram de área ou profissão; que atuavam e se aposentaram.
- b) Local de atuação: em meios de comunicação hegemônicos e contra-hegemônicos da mídia tradicional (emissoras de TV e rádio, jornais impressos, revistas, portais etc.), da comunicação organizacional ou docência; sejam organizações públicas, privadas ou do terceiro setor.
- c) Funções: Repórter, editor, pauteiro, locutor, chefe, diretor, secretário, coordenador, apresentador, blogueiro, assessor de comunicação ou imprensa, marketing, comunicação interna, relações públicas, analista de mídias sociais etc.
- d) Formação: com diploma de graduação de universidades públicas e privadas; e sem diploma.
- e) Tipos de vínculos: estagiário, *freelancer*, pessoa jurídica (PJ), contrato sem carteira assinada, contrato com carteira assinada em outra função (embora atuando como jornalista), contrato com carteira assinada como jornalista, concursado como outra função mas exercendo a função de jornalista e concursado como jornalista.

Também nos interessam questões relacionadas a gênero, idade, tempo de profissão, trajetória, ideologia profissional, sindicalização, não deixando de considerar aqueles que possuem múltiplos empregos e também demais questões que possam surgir no desenvolvimento da pesquisa

No âmbito dos instrumentos de coleta de dados, registraremos as entrevistas por meio de gravações em áudio e anotações, com transcrição literal em seguida. Todo esse material constitui a base para nossa análise dos dados empíricos, bem como as impressões e interpretações dos gestos e falas dos entrevistados. Consideramos, ainda, que no decorrer da pesquisa os sujeitos podem sofrer mudanças de postos de trabalho, pois isto é comum na área do Jornalismo.

Considerações finais

Apresentamos aqui características da pesquisa em desenvolvimento, tendo em vista buscar contribuições para avançarmos. Inúmeras pesquisas indicam que o trabalho, em

circunstâncias de precarização, adoece. Nossa inquietação é saber em que medida isso ocorre no jornalismo, pois estudos sobre a saúde do trabalhador são desenvolvidas com maior frequência em outros campos. Consideramos este um dos silêncios do jornalismo.

Em um trabalho com a complexidade apresentada, e principalmente em fase inicial como é o caso, é natural que tenhamos limitações com relação aos procedimentos metodológicos.

Apesar do trabalho ser um tópico fundamental no pensamento sociológico (WATSON; GASTALDO, 2015), no íterim do campo do jornalismo este assunto é de certa forma marginalizado. Ao nosso ver, isso se deve boa parte à glamourização e à mitologia construída em torno da profissão.

Em outro panorama, a etnometodologia está aliada a estudos do trabalho desde a sua concepção, por volta do final dos anos 1960, com uma clara valorização à sociologia da linguagem. Está aí, portanto, a diferença principal entre a etnometodologia e a sociologia convencional: a primeira valoriza o trabalho cotidiano, rotineiro (WATSON; GASTALDO, 2015).

Embora a perspectiva da etnometodologia nos deixe demasiadamente à vontade com relação aos procedimentos metodológicos auxiliares, ela possui uma característica que pode confundir: não é exatamente um método de pesquisa, e sim um tópico para análise, que por sua vez tem muitas formas de leitura, a depender da cultura de cada país (WATSON; GASTALDO, 2015).

A análise da conversa, por sua vez, também não pode ser considerada um método em si, mas por vezes é denominada de etnométodo - o que consideramos confuso. Autores como Watson e Gastaldo (2015) caracterizam a AC como um conjunto de abordagens com uma mentalidade analítica bem específica, com foco nas conversas com os atores sociais, sempre valorizando as transcrições das falas e gestos.

Diferentemente da etnometodologia, a AC nos dá pistas mais específicas de como conduzir uma pesquisa que se legitime como etnometodológica. Devido a esta peculiaridade, acreditamos que ambas são necessárias e complementares no que diz respeito à nossa pesquisa.

No contexto da nossa pesquisa, a entrevista em profundidade pode ser vista tanto quanto método, como quanto técnica. Esta é uma dúvida que irá perdurar até a execução da fase de entrevistas, a depender da centralidade que ela assumirá no decorrer da investigação.

Um ponto delicado da pesquisa é a seleção de entrevistados, que tem que seguir rigidamente os critérios estabelecidos no desenho dos perfis. Não sabemos ao certo se haverá pessoas dispostas a nos falarem detalhes de suas atuações profissionais. A condução das entrevistas, por outro lado, não garante que chegaremos ao objetivo central do trabalho.

Nos voltando à questão da precarização da profissão e também das mudanças estruturais (chamadas assim, mas também vistas como transformações), inicialmente podemos inferir que estes conceitos poderão ser muito caros no estudo sobre saúde do jornalista. Investigar sobre a precarização da profissão nos traçará uma linha direta com a dicotomia entre trabalho e adoecimento - seja esse mental ou físico.

As perspectivas das mudanças estruturais no jornalismo nos fornecerão uma visão mais ampla das transformações pelas quais o campo passa e nos trará uma contribuição contextual de como se insere a precarização da profissão. Ou seja, sugerimos na pesquisa que a precarização da profissão é parte das mudanças estruturais no jornalismo.

Por fim, o que se pretende não é fazer um discurso de "coitadismo" da profissão, muito menos alimentar uma mitologia de que jornalista é super herói, mas acreditamos que o trabalho deste profissional é atingido por questões diversas, que podem reverberar em sua saúde e qualidade de vida.

Referências

ACCARDO, Alain. **Les journalistes précaires**. Paris: Le Mascaret, 1998.

ADGHIRNI, Zélia Leal. Mudanças estruturais no jornalismo: travessia de uma zona de turbulência. In: PEREIRA, Fábio Henrique; MOURA, Dione; ADGHIRNI, Zélia (Orgs.). **Jornalismo e Sociedade**: teorias e metodologias. Florianópolis: Insular, 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARSOTTI, Adriana. **Jornalista em mutação**: do cão de guarda ao mobilizador de audiência. Florianópolis: Insular, 2014.

BONIN, Jiani Adriana. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. In: MALDONADO, E. et al. **Metodologias de pesquisa em comunicação**: olhares, trilhas e processos. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 19-42.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em 20 jul. 2015.

BULHÕES, Juliana. **Perspectivas da prática profissional do jornalista assessor de imprensa**: o ethos, a identidade e as reflexões deontológicas no contexto da atuação simultânea em redações e

assessorias de imprensa de Natal-RN. Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.

COULON, Alain. **Etnometodologia**. Petrópolis: Vozes, 1995.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. Ed. São Paulo: Cortez Oboré, 1992.

DEJOURS, Christophe. **O fator humano**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth; JAYET, Christian. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 2011.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 1, p. 37-57, 2001.

DUARTE, Ana Maria. **Precariedade e identidades**: questões para uma problemática. Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia. Atelier: Mercados, Emprego e Trabalho. Universidade do Minho, 2004.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2008, pp. 62-83.

FENAJ. **Piso salarial**. Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/pisosalarial.php>>. Acesso em 18 jul. 2015.

GOMES, Isaltina Maria de Azevedo Mello. Saúde do trabalhador na pauta de discussão da VIII Conferência Brasileira de Comunicação e Saúde. **Comunicação e Sociedade**, v. 27, n. 45, 2006.

HELOANI, José Roberto. **Mudanças no mundo do trabalho e impacto na qualidade de vida do jornalista**. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, NPP – Série Relatórios de Pesquisa – Relatório 12/2003.

HELOANI, Roberto. O trabalho do jornalista: estresse e qualidade de vida. **Interações**, vol. XII, núm. 22, julho-dezembro 2006, pp. 171-198.

HOHLFELDT, Antônio. Hipóteses contemporâneas de Pesquisa em Comunicação. In: ____; MARTINO, Luiz Cláudio; FRANÇA, Vera. **Teorias da Comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2001, pp. 187-240.

LE CAM, Florence; PEREIRA, Fábio Henrique; RUELLAN, Denis. Introdução: mudanças e permanências do jornalismo. In: MOURA, Dione Oliveira; PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal. **Mudanças e permanências do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2015.

LIMA, Samuel Pantoja. **A precarização do trabalho e a saúde dos jornalistas brasileiros**. Anais do III Mejor - Colóquio Internacional Mudanças Estruturais no Jornalismo: os silêncios do Jornalismo. Florianópolis, 2015.

MAIA, Kênia; FEMINA, Cleber. Os valores profissionais dos estudantes da UFRN: comunicação corporativa, entretenimento e jornalismo. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Brasília, v. 2, n. 11, p. 82-94, 2012.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser jornalista**: o desafio das tecnologias e o fim das ilusões. São Paulo: Paulus, 2009.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro**: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

PEREIRA, Fábio Henrique. **Aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa em jornalismo**. Palestra proferida na Escola de Verão Alaic 2015, Brasília, 2015.

PEREIRA, Fábio Henrique. Conversando com jornalistas: a perspectiva do interacionismo simbólico. In: MAROCCO, Beatriz (Org.). **Entrevista na prática jornalística e na pesquisa**. Porto Alegre: Libretos, 2012, pp. 31-45.

PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal. O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 24, p. 38-57, janeiro/junho 2011.

SANT'ANNA, Francisco. **Mídia das Fontes**: o difusor do jornalismo corporativo. Brasília: Casa das Musas, 2005.

SILVA, Cláudio Marcos. **A precarização da atividade jornalística e o avanço da pejetização**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

SILVEIRA, José Ricardo. **O jornalista na comunicação das organizações**: cultura profissional e autopercepção. Tese de doutorado. Faculdade de Comunicação da UnB. Brasília, 2010.

SINDJORCE. **Pesquisa do Sindjorce alerta sobre condição de trabalho nas redações**. Publicado em 18 out. 2010. Disponível em: <<http://www.sindjorce.org.br/blog/sindjorce-noticias/categoria/sem-categoria/pesquisa-do-sindjorce-alerta-sobre-condicao-de-trabalho-nas-redacoes>>. Acesso em 14 jun. 2015.

SINJORBA. **Saúde dos jornalistas**. Disponível em: <<http://www.sinjorba.org.br/entrevista04.php>>. Acesso em 14 jun. 2015.

WATSON, Rod; GASTALDO, Édison. **Etnometodologia & análise da conversa**. Petrópolis: Vozes, 2015.